DENARIUS

O MERCADO MAIS PERTO DE VOCÊ

7ª EDIÇÃO

ÍNDICE

3 APRESENTAÇÃO

4 EDITORIAL: A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DA CONTABILIDADE

5 PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO

7 PANORAMA NORTE-AMERICANO

9 IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO

11 PONTO DE VISTA: O PAPEL DA PESQUISA NA CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO ÀS ORGANIZAÇÕES

13 ESPAÇO JURÍDICO- CONTÁBIL: APONTAMENTOS SOBRE O COMPLIANCE DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO

16 TERMÔMETROS DO MERCADO

24 AGENDA DE DIVULGAÇÕES

DENARIUS é publicação técnica apoiada pela FIPECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis Atuariais e Financeiras).

Rua Maestro Cardim 1170
São Paulo, SP, 01323-001

7ª Edição

Fevereiro de 2022

Copyright © 2022
Todos os direitos reservados.

Referências autorizadas

FIPECAFI
Desde 1974
Cultura Contábil, Atuarial e Financeira

APRESENTAÇÃO

Os primeiros indicadores de 2022 começaram a ser divulgados pelos órgãos oficiais. Apesar de ser um novo ano, as preocupações são velhas. Os resultados dos principais índices de inflação continuam a sinalizar uma elevação significativa dos preços, apesar da forte política monetária contracionista iniciada pelo Banco Central (BC) em 2021. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de janeiro foi o maior para o mês nos últimos seis anos, apesar de mostrar uma desaceleração em relação ao resultado de dezembro. As expectativas do mercado sinalizam para um novo descumprimento da meta de inflação para o ano, que é de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Deixando a situação mais preocupante, a ata da primeira reunião do Comitê de Políticas Monetárias (Copom), divulgada no início de fevereiro, reforça a expectativa de que a inflação ficará acima do teto da meta para 2022. Além disso, o órgão não deixou claro o patamar dos novos aumentos para a Selic, sinalizando que a taxa de juros no mercado interno talvez já esteja mais próxima do que pretende o BC. Pelas últimas expectativas do mercado, evidenciadas pelo relatório Focus, a Selic deverá finalizar 2022 em 11,75% a.a. No início de fevereiro, o Copom realizou o oitavo aumento na taxa básica de juros da economia brasileira, que alcançou o patamar de 10,75% a.a. Neste mesmo período de 2021, a Selic encontrava-se em 2% a.a.

O crescimento significativo da taxa básica de juros (8,75 pontos percentuais em menos de 12 meses) produz muitas alterações no mercado financeiro, redistribuindo o capital entre os diversos ativos disponíveis. Investimentos de renda fixa, que foram abandonados pelos investidores passam a recuperar parte da sua atratividade. A elevação dos juros também provoca alterações nas expectativas de crescimento para o país. O acesso aos recursos financeiros (empréstimos e financiamentos) torna-se mais escasso, reduzindo os níveis de investimento e consumo da economia. Para 2022, os analistas esperam uma estagnação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, com alguns agentes prevendo, inclusive, um decrescimento para a nossa economia.

Enquanto isso, o mercado de trabalho tem apresentado resultados um pouco mais animadores, com gradativa redução da taxa de desocupação. Contudo, ainda existe uma dependência forte do trabalho informal nessa movimentação, tornando mais vulnerável a recuperação. Os últimos resultados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua indicam que ainda existem 12,4 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho, representando 11,6% da força de trabalho em idade ativa.

Apesar do patamar ainda elevado, estamos bem abaixo dos quase 15 milhões de desocupados durante os piores meses da pandemia. Antes mesmo dos efeitos da Covid-19, o mercado de trabalho brasileiro já apresentava sinais negativos, com forte dependência da informalidade. Em fevereiro de 2020, antes da pandemia, a taxa de desocupação já estava em 11,6%, com cerca de 12,3 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho. A geração de emprego tem sido um problema recorrente do mercado brasileiro e, pelos indicadores econômicos atuais, este ainda deverá permanecer insolúvel no curto prazo.

DESTAQUES DA EDIÇÃO

INFLAÇÃO	TAXA DE JUROS	PIB	EMPREGO
A expectativa de inflação para 2022 já supera o teto da meta para o ano.	A Selic retorna ao patamar de dois dígitos em 2022.	Novas revisões da expectativa de crescimento reforçam estagnação para 2022.	Contínua queda na taxa de desocupação, com crescimento da informalidade.

Para ter acesso a outros conteúdos, visite nosso site denarius.info e mantenha-se atualizado com análises e estimativas do mercado econômico-financeiro.

EDITORIAL

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL DA CONTABILIDADE

Por Marcelo Souza
Coordenador do Skylab e Professor na Faculdade FIPECAFI

A tecnologia possui um grande poder disruptivo e a história apresenta diversos pontos de inflexão causados por novos processos ou ferramentas aplicadas às áreas do conhecimento. O Renascimento (séculos XIV a XVI) nos mostrou inúmeros exemplos que alteraram profundamente, e de forma irreversível, a sociedade da época. Nas artes, a perspectiva gráfica trouxe o plano tridimensional e com ele a "Entrega das chaves a São Pedro" de Perugino; o estudo de anatomia, realizado por Leonardo da Vinci, elucidou o formato de funcionamento dos órgãos humanos; no comércio as caravelas alargaram as fronteiras do mundo e alteraram os estoques disponíveis para vendas; mas foi a prensa, criada por Gutenberg, o artefato tecnológico mais icônico para o mundo dos negócios. Sua existência permitiu a impressão, para comercialização, de aproximadamente mil cópias da "Summa de arithmetica, geometria, propori et proporcionalita", de Luca Pacioli, contendo a maior e mais disruptiva tecnologia ligada ao controle patrimonial, as partidas dobradas. A prensa, assim como Pacioli, não inventou as partidas dobradas, mas sem a prensa, nossa sociedade não teria presenciado a mesma trajetória de evolução nos últimos 500 anos. As partidas dobradas, defendidas como condição sine qua non para existência e sustentação do capitalismo, carregam, em sua simplicidade e elegância, toda a lógica das relações econômicas e financeiras do mundo capitalista. A estrutura e utilização do débito e crédito são as mesmas, não importa o local, o idioma, o montante ou tempo em que a transação ocorra. O único requisito é o caráter monetário do registro.

Quando analisamos as partidas dobradas pela ótica tecnológica, ficamos tentados a traçar um paralelo entre a simplicidade do Débito e Crédito à precisão do código binário computacional. Nessa feita encontramos algumas similaridades e algumas diferenças operacionais e históricas. O sistema binário, divulgado – e provavelmente não inventado – por Leibniz, quando aplicado à computação, assume que em um determinado instante, uma referida posição (transação) é representada ou pelo zero ou pelo um. Já no sistema de partidas dobradas, em um determinado instante, uma referida transação (posição) é representada por, pelo menos, um débito e um crédito. Nos dois casos o conceito de instante remete a ideia de algo fixo em um momento anterior ao observado, ou seja, só registro aquilo que já ocorreu, a operação já ficou no passado. Os computadores possuem estruturas complexas, tais como sistemas operacionais, tendo como base o sistema binário, da mesma forma a contabilidade gera relatórios, controles, planejamentos e estratégias totalmente alicerçadas sobre as partidas dobradas.

Apesar das similaridades devemos ter cuidado ao insinuar que as partidas dobradas são, para o mundo dos negócios, o código binário dos sistemas computacionais. Mas se aceitarmos, ainda que por um instante, essa insinuação, uma pergunta válida seria: o que é a inteligência artificial da contabilidade?

Não é possível negar o poder disruptivo da inteligência artificial na sociedade moderna. Encontramos, novamente, impactos em diversas áreas, tais como nas artes, na medicina, na economia, entre outras. Em linhas mais amplas, um sistema computacional contendo inteligência artificial possui funções que imitam, ou emulam, a inteligência humana. Esses sistemas, em alguma medida, podem executar funções típicas de um ser humano, porém com todas as vantagens do poder computacional.

Voltando às partidas dobradas, emular as capacidades cognitivas poderia gerar um sistema de contabilidade que avalie, antes da ocorrência, o resultado futuro de uma transação econômica, considerando resultados sociais, ambientais e culturais, decidindo se a transação deve ou não ser executada, ou registrada? Talvez, de forma não excludente, um sistema de contabilidade que gerencie todo os sistemas bancários e de mercados de capitais, limitando e distribuindo riqueza entre pessoas governos e organizações?

Certamente não foi simples o processo de evolução desde Leibniz até a Tesla e não será fácil ampliar, ainda que para partidas triplas, o trabalho de Pacioli. Entretanto, se você aprendeu o débito e crédito e se você conhece as linguagens contábeis como IFRS, orçamento, tributária; aprenda o sistema binário e, o quanto antes, seja fluente em Python, C++ ou outra linguagem de programação. Vamos fazer do computador a nossa prensa de Gutenberg ■

PANORAMA ECONÔMICO BRASILEIRO

O ano de 2022 começou não muito animador quando o assunto é inflação. O principal indicador do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mostrou uma aceleração de 0,54% em janeiro, o que representa o maior valor para o período desde 2016. No mesmo mês de 2021, o IPCA havia sido de 0,25%. No acumulado de 12 meses, o indicador apresenta alta de 10,38%. O resultado de janeiro, contudo, já era esperado pelo mercado, que havia projetado inflação de 0,55% no último relatório Focus. Para este ano, a expectativa do mercado é de que a inflação oficial do país fique em 5,44%, acima do teto da meta de 3,5% estipulada pelo governo, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Confirmando as expectativas do mercado, o Banco Central (BC), na ata da primeira reunião do Comitê de Políticas Monetárias (Copom) de 2022, sinalizou que a inflação deverá ficar acima do teto da meta.

Resultado IPCA

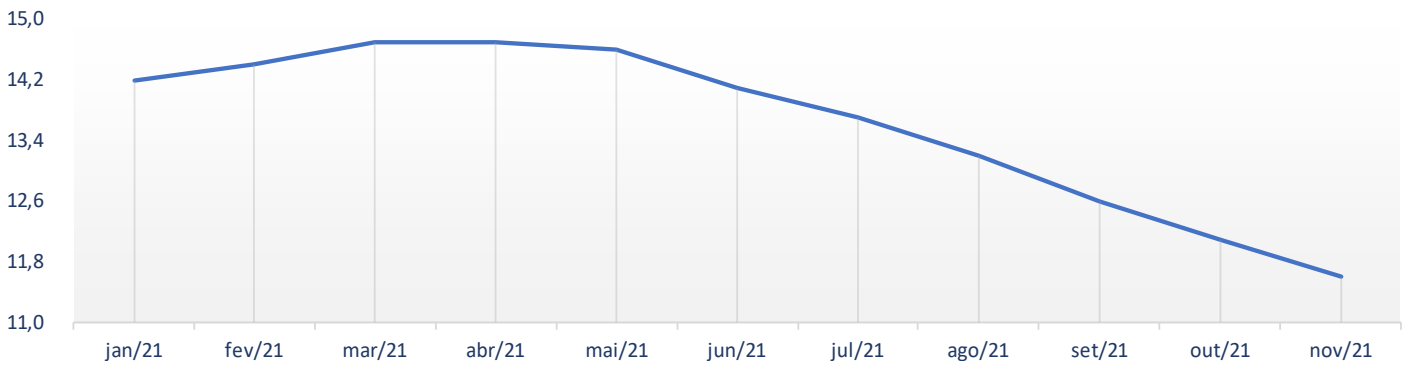
Indicadores	Jan/2022	Jan/2021
No Mês (%)	0,54	0,25
Acumulado 12 Meses (%)	10,38	4,56

Adicionalmente, os resultados da inflação de janeiro de 2022 são mais significativos para a parcela da população com menores rendimentos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que mensura a inflação para famílias com rendimento de 1 a 5 salários-mínimos, teve alta de 0,67%, acima, portanto, do resultado do IPCA.

Além da alta da inflação, os últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o mercado de trabalho indicam que renda média de todas as fontes de trabalho tem mostrado gradativa redução, a despeito da redução da taxa de desocupação. Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (P) Contínua, referentes ao mês de novembro de 2021 mostram que ainda existem 12,4 milhões de brasileiros fora do mercado, o que representou 11,6% da força de trabalho do período. Apesar de ainda elevado, o patamar de desocupados tem ficado cada vez mais distante dos piores meses da pandemia, quando a economia brasileira apresentou quase 15 milhões de pessoas em idade ativa fora do mercado de trabalho.

A melhoria na geração de emprego, contudo, tem sido impulsionada pelo mercado informal. Em novembro de 2021 eram mais de 39 milhões de trabalhadores inseridos em alguma das categorias

Evolução da Descupação em 2021 (em mil pessoas)

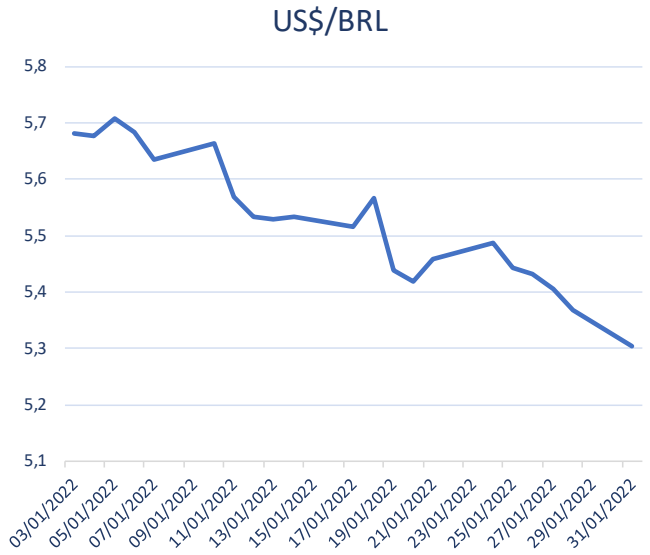


de trabalho informal, incluindo trabalho doméstico. Ao longo de 2021, esse quantitativo cresceu, aproximadamente, 14%. Nesse grupo, destacam-se os trabalhadores por conta própria sem CNPJ, que eram 17,9 milhões em janeiro de 2021, passando para 19,4 milhões em 2022.

Além do crescimento da informalidade, também tem sido observada uma elevação da taxa de subutilização, referente à parcela de trabalhadores que estão inseridos no mercado de trabalho, porém com uma dedicação menor do que poderiam ter. De acordo com a Pnad Contínua de novembro de 2021, havia 7,5 milhões de trabalhadores nessa situação. Em janeiro do mesmo ano, o quantitativo era de 6,7 milhões (crescimento de quase 12% no período).

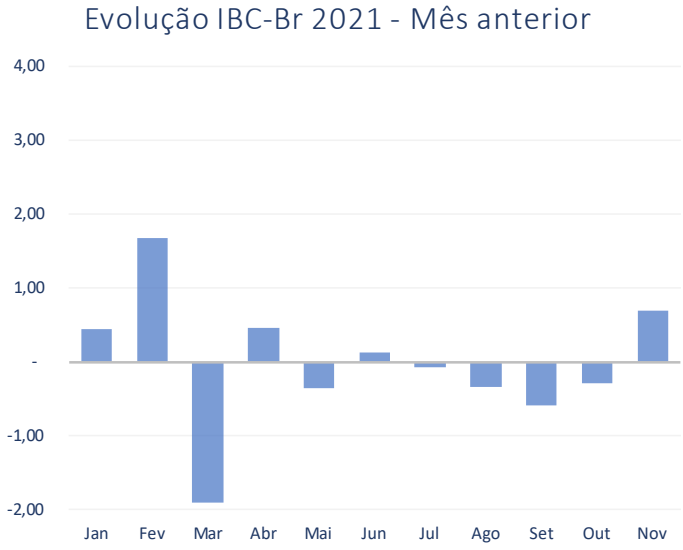
A situação apresentada atualmente pelo mercado de trabalho já se assemelha ao período pré-pandemia, de acordo com os dados da Pnad Contínua. Em fevereiro de 2020, último mês antes da pandemia ser decretada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a taxa de desocupação também era de 11,6%, com 12,3 milhões de brasileiros em idade ativa fora do mercado de trabalho. No período, o trabalho informal também já era significativamente alto. O número de profissionais classificados na categoria de trabalho por conta própria sem CNPJ, por exemplo, era de ordem de 19,1 milhões. Por fim, 6,4 milhões de brasileiros estavam subutilizados no mercado de trabalho antes da pandemia.

Outro fenômeno relevante que tem sido observado para o início de 2021 é a apreciação do real frente às principais moedas internacionais. Um dos grandes vilões da inflação de 2021, a depreciação cambial verificada desde o início da pandemia tem sido parcialmente revertida neste início de ano. Uma das razões para o fenômeno tem sido a retomada dos juros pelo BC, que elevou a meta Selic pela oitava vez consecutiva no início de fevereiro de 2022, chegando ao patamar de 10,75%. O aumento da taxa de juros no mercado interno, mantendo tudo o mais constante, tende a atrair investidores internacionais que buscam rendimentos maiores e mais seguros.



A expectativa para o câmbio do mercado evidenciada no último relatório Focus, contudo, indica que ao final de 2022 o dólar deverá ser cotado a R$5,60, acima, portanto, do patamar verificado para o fechamento de janeiro. Entre os principais fatores que podem fazer o real voltar a um patamar de maior depreciação está o aumento dos juros no mercado externo, principalmente EUA e Europa, tornando os investimentos no Brasil menos atrativos.

Finalmente, do ponto de vista do crescimento econômico, só será possível conhecer o real Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2021 no início de março deste ano. As últimas projeções, contudo, indicam um crescimento de 4,5% no ano. Enquanto isso, a divulgação do Índice de Atividade Econômica



do Banco Central (IBC-Br), considerado uma prévia do PIB, mostra que em novembro, após quatro meses de resultados negativos, a economia brasileira voltou a crescer. Ainda de acordo com o último IBC-Br divulgado pelo BC, nos onze primeiros meses de 2021, o crescimento da economia Brasileira foi de 4,59% e, considerando os últimos 12 meses, o aumento verificado foi de 4,30%.

As expectativas para o PIB de 2022, contudo, não são animadoras. O último relatório Focus indica que a estimativa do mercado para o crescimento da economia brasileira está, atualmente, em 0,30%, sinalizando uma estagnação. Alguns agentes importantes do mercado já preveem, inclusive, um decrescimento para o PIB neste ano ■

PANORAMA NORTE-AMERICANO

Por Cruz Daniel Lopez

A economia dos EUA surpreendentemente gerou 467.000 empregos em janeiro. Com isso, a taxa de desemprego permaneceu relativamente estável, subindo ligeiramente para 4% ante 3,9% do mês anterior, de acordo com o relatório mensal do Bureau of Labor Statistics. Também houve uma revisão do número de empregos criados em dezembro, passando de, aproximadamente, 199 mil para 510 mil.

Apesar de um aumento nos casos da nova variante da Covid-19, Ômicron, os empregadores dos EUA conseguiram gerar empregos no mês passado graças a contratações robustas nos setores de bares e restaurantes, comércio varejista e correio e encomendas. O setor de lazer e hospitalidade, que foi especialmente atingido pela pandemia da Covid-19, gerou mais de 150 mil empregos no primeiro mês de 2022. Este resultado positivo vem somar a uma série de bons números para o setor, que inclui restaurantes, hotéis, cassinos e parques temáticos.

Os economistas também mostraram otimismo ao ver a taxa de participação da força de trabalho e a relação emprego/população subirem 0,3 ponto percentual em janeiro, resultado superior ao que era esperado inicialmente pelos analistas. O Labor Department disse que o aumento na taxa de participação se deve a um crescimento da população nas faixas etárias que participam da força de trabalho.

Já em relação ao mercado imobiliário, o aumento da demanda em conjunto com uma redução na oferta gera dificuldades para as transações atuais. O sonho da casa própria ficou mais distante para os americanos de classe média durante a pandemia. O aumento nos preços dos imóveis, que alcançaram níveis recordes, e o declínio acentuado no número de casas à venda tornaram a compra mais difícil para muitos americanos em comparação com dois anos atrás, de acordo com um estudo da National Associa-

Casa à venda Foto: Phonlamaistudio/Freepik

tion of Realtors (NAR).

Nacionalmente, os preços das casas subiram cerca de 30% desde o final de 2019, de modo que uma casa típica custa cerca de US $80.000 a mais do que antes da pandemia, de acordo com a NAR. Durante o mesmo período, o levantamento aponta que o estoque caiu para uma baixa recorde de cerca de 1 milhão de propriedades disponíveis para venda no final de dezembro do ano passado.

No mercado de criptomoedas, o primeiro mês do ano foi marcado por forte instabilidade. Em janeiro de 2022, Bitcoin, Ethereum e todas as principais criptomoedas caíram 10% ou mais e, em 21 de janeiro, o valor de mercado da criptomoeda caiu US $205 bilhões em um período de 24 horas. Paul Krugman, um economista ganhador do Prêmio Nobel, alertou os investidores sobre a crescente volatilidade do mercado de criptomoedas e o considerou comparável à crise das hipotecas subprime de 2007.

Ainda de acordo com o comunicado do especialista, os investidores cederam ao hype de 2021, sem entender verdadeiramente os riscos em jogo, e colocam seu dinheiro em ativos que são, na melhor das hipóteses, especulativos. Krugman é conhecido por descrever a criptomoeda como um esquema Ponzi da nova era. Dados de 28 de janeiro sugeriram que o mercado de criptomoedas vale US $1,7 trilhão, abaixo do seu recorde histórico de US $3 trilhões.

Por fim, no mercado acionário, os contratos nos principais benchmarks de Wall Street subiram, depois das preocupações renovadas com as ações a serem tomadas pelo Federal Reserve (Fed). Além disso, os resultados do quarto trimestre de gigantes de tecnologia dos EUA pesaram sobre os investidores que já lutam com um Fed se preparando para apertar as condições monetárias e aumentar as taxas de juros já no próximo mês.

Um marco deste início de ano foi o desempenho divulgado pela Meta (antiga Facebook). A empresa, que está investindo pesadamente em seu projeto futurista "metaverso", mostrou depender fortemente da receita de publicidade. Assim, ao divulgar custos nitidamente mais altos e prever uma receita fraca, os investidores se assustaram e reduziram quase US $200 bilhões na avaliação da entidade. As ações da Meta chegaram a cair 23% nas negociações após o expediente. Se essa tendência de queda continuar, estima-se que a empresa poderá perder em valor de mercado o equivalente ao PIB da Grécia ■

Dólar junto ao Bitcoin, representando o investimento americano. Foto: kathleen77/freepik

IMPLICAÇÕES PARA O MERCADO

O atual panorama econômico nacional e internacional indica que a recuperação dos mercados tem sido uma realidade, mesmo com a ampla contaminação provocada pela nova variante da Covid-19, Ômicron. O avanço da vacinação tem se mostrado fundamental para a superação das dificuldades impostas pela pandemia. Nesse contexto, EUA e Europa já têm apresentado fortes sinalizações para o início da retirada dos estímulos econômicos e elevação da taxa de juros em seus respectivos mercados. Números positivos para a criação de novos postos de trabalho, acompanhados de uma preocupação com a inflação persistente, têm sido as justificativas para o arrefecimento da política monetária contracionista em diversos países.

No cenário nacional, apesar da expectativa de estagnação econômica em 2022, na melhor das hipóteses, também tem sido possível observar uma recuperação do mercado de trabalho. A taxa de desocupação tem retraído continuamente, chegando ao patamar de 11,6% na última divulgação realizada pelo IBGE, referente ao mês de novembro de 2021. Além disso, a expectativa de inflação para este ano, que ainda se mantém elevada, mostra-se abaixo do patamar verificado para o ano de 2021, o qual foi impactado pela escassez de produtos e pela forte injeção de capital na economia pelo governo a partir de 2020. Apesar das sinalizações de recuperação, o que está por vir ainda será desafiador.

A taxa de desocupação, que já retornou a patamares próximos ao período pré-pandemia, tem tido uma forte dependência do trabalho informal na economia brasileira, o que torna o desenvolvimento econômico bem mais difícil. A renda média do trabalho tem apresentado reduções contínuas, o que tira o poder de consumo do mercado interno. Em complemento, a retomada dos juros ao patamar dos dois dígitos desaquece a economia. Esses fatores combinados deverão produzir a estagnação já esperada pelos analistas do mercado.

Álcool sobre o dinheiro representando a economia durante a pandemia. Foto: @user3802032/freepik

No setor agrícola, por exemplo, já se observa uma redução da oferta de crédito para a atual safra, que teve início em julho de 2021 e será finalizada em junho deste ano. Em fevereiro de 2022, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) suspendeu as contratações de crédito rural, conse-

quência direta da retomada de juros pelo BC. A repentina elevação da Selic, não prevista no orçamento de 2021, inviabilizou a oferta de novos créditos, impactando o produtor rural, muito dependente de financiamento para arcar com os custos de produção. Além de possivelmente reduzir o ganho no setor agropecuário, essa suspensão pode, inclusive, diminuir a oferta de alimentos no curto prazo, gerando maior pressão nos preços dos produtos e, portanto, gerar inflação.

A retomada dos juros também tem provocado uma maior entrada de capital estrangeiro, apreciando o Real frente ao Dólar e Euro. Essa movimentação, caso mantida, poderia ser relevante para um melhor controle da inflação. Ao longo de 2021, com a significativa depreciação da moeda brasileira, os produtos cotados no mercado internacional, como o petróleo e as commodities agrícolas, pressionaram a elevação do preço de diversos itens no mercado interno, como destaque para os combustíveis.

A possível retomada dos juros no mercado internacional, entretanto, poderá reverter o fluxo de capital. Está previsto para março a próxima reunião do Federal Reserve (Fed), o Banco Central dos EUA, na qual o órgão deverá proceder com a elevação da taxa básica de juros do país. Na última vez que o processo de tapering (retirada dos estímulos econômicas) ocorreu, países de economias emergentes como o Brasil sofreram significativamente as consequências da forte saída de capital dos seus respectivos mercados. Por serem investimentos mais arriscados, esses países tendem a perder investidores com a elevação dos juros em nações com economias mais fortalecidas, como os EUA, por exemplo.

Por fim, o ano de 2022 deverá ser marcado, ainda, pelos impactos da corrida eleitoral. Em anos de renovação presidencial e dos integrantes do Congresso, a volatilidade tende a ficar mais presente no mercado financeiro. Em especial, a política fiscal tende a ser um problema. Em cenários como o atual, os gastos do governo atualmente no poder tendem a subir. No caso do governo Bolsonaro, por exemplo, além do Auxílio Brasil, política de transferência de renda implementada com forte apelo político, os acordos firmados com os partidos que formam a base do governo, com o intuito de obter maior apoio político, têm demandado maiores recursos do orçamento. Para se ter uma ideia do volume dos recursos destinados a este fim, em 2021, foram mais de R$25 bilhões em emendas do governo federal destinado a parlamentares do Centrão. Apertem os cintos porque 2022 será agitado ■

Foto: Rafapress/Freepik

PONTO DE VISTA

O PAPEL DA PESQUISA NA CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO APLICADO ÀS ORGANIZAÇÕES

Manoel Raimundo Santana Farias
PHD USP, Editor Científico, Pesquisador e Professor da Fipecafi.

A Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças (RFCC) tem como missão divulgar conhecimentos científico e tecnológico aplicados à realidade de organizações públicas, privadas e do terceiro setor. Nesse contexto, uma das teses é que o foco é no conteúdo decorrente de pesquisa aplicada, em vez do conteúdo de pesquisa básica. Porém, isso não é suficiente para que os artigos publicados sejam amplamente lidos, aplicados pelas organizações e resolva os seus problemas. Há outros fatores que concorrem para o alcance do impacto social que os autores e a revista almejam e que a sociedade necessita, dos quais eu destaco a relevância da pesquisa, a comunicação da pesquisa e o tipo de gestão predominante nas organizações.

No âmbito da gestão, financiamento e divulgação das pesquisas cresce o questionamento sobre a relevância da pesquisa que tem sido realizada, majoritariamente, em instituições acadêmicas. As críticas são direcionadas ao grande volume de pesquisas que são consideradas como irrelevantes para a prática nas organizações. Pesquisadores se preocupam em indicar a relevância da sua pesquisa, seja para o avanço do conhecimento básico, seja para o conhecimento aplicado; enquanto editores e avaliadores adotam a relevância como critério de qualidade das pesquisas submetidas para publicação.

Se os potenciais beneficiários dos resultados das pesquisas clamam pela relevância, os autores, os editores e os avaliadores a têm como predicado de qualidade, por que há pesquisas irrelevantes? Umas das respostas é o gap que existe entre os pesquisadores e o público alvo da pesquisa, ou seja, a relevância ignora a perspectiva dos potenciais beneficiários dos resultados das pesquisas. Por isso, nós buscamos aproximar os nossos autores dos nossos leitores. Fazemos isso por meio de webinars com divulgação e disponibilização do link do artigo, para leitura prévia, e debate com os autores ao vivo com possibilidade de perguntas e comentários via chat. Com essa iniciativa nós começamos a trabalhar com o fator da comunicação da pesquisa, mas precisamos trabalhar mais.

A comunicação contempla a divulgação, mas há outros aspectos que merecem atenção, como a linguagem utilizada pelos pesquisadores, os meios de divulgação adotados, a compreensão do conteúdo pelos leitores e, mais profundamente, a capacidade do público alvo transpor conhecimento, por natu-

Foto: panumasyanuthai/Freepik

reza teórico, na solução de problemas práticos das organizações. Os eventos com os autores e leitores da revista promove a comunicação e permite que autores expliquem a pretensa relevância da pesquisa, ao mesmo tempo em que possibilita aos leitores a indicação de temas e problemas para realização de novas pesquisas.

Conhecimento aplicado à realidade de empresas privadas, públicas e do terceiro setor é o que a RFCC está buscando para divulgar e contribuir com o desenvolvimento das organizações. Mas, existem controvérsias culturais que precisam ser superadas. Por exemplo, há conceitos e questões fundamentais que se relacionam com questões práticas e que, portanto, são complementares para uns, mas que para outros não se relacionam e, mais do que isso, são concorrentes. Tal cultura está presente na controvérsia entre pesquisa básica e pesquisa aplicada. É corrente o pensamento segundo o qual é preciso priorizar conhecimento aplicado em vez de conhecimento básico, mas os conhecimentos aplicados mais relevantes são os decorrentes de pesquisas básicas de física, química, biologia, economia, psicologia, sociologia, história e demais áreas básicas do saber. Então, na realidade das organizações, faz sentido contrapor o que é básico ao que é aplicado?

Por outro lado, é necessário saber, quais conhecimentos aplicados são mais demandados pelas organizações? Porém, é possível responder essa questão somente com conhecimento aplicado? Ou, precisamos de conhecimento básico, por exemplo, saber qual o tipo de gestão que mais predomina nas organizações de interesse? 1) o baseado na opinião de gurus; 2) o baseado na tradição, ou; 3) o que se vale de experiências, análises, estatísticas e modelagem matemática para elaborar e discutir políticas e planos, bem como, para monitorar sua implementação e avaliar os resultados? Nas organizações em que a gestão predominante seja dos tipos 1 e 2 pode haver uma barreira cultural a ser superada.

Sendo assim, e exatamente porque as referidas controversas existem, é lógico supor que há espaço tanto para pesquisas básicas como para pesquisas aplicadas voltadas às organizações, o que também permite supor que o papel dos pesquisadores e das revistas com esse foco são extremamente relevantes. Porém, para que haja impacto efetivo é fundamental que: a relevância seja considerada na perspectiva de quem se beneficia da pesquisa para que os temas e resultados sejam efetivamente utilizados; a comunicação precisa ser eficaz e o tipo de gestão da organização precisa ser culturalmente compatível ■

ESPAÇO JURÍDICO-CONTÁBIL

APONTAMENTOS SOBRE O COMPLIANCE DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO PÚBLICO

Por Frederico da Silveira Barbosa
Advogado e consultor em regulação

Todo prestador de serviço público - entidade pública, estatal ou privada, concessionário, permissionário, delegatário ou autorizatário - precisa ser capaz de demonstrar que as Tarifas ou outras remunerações que lhe cabem estão sendo corretamente calculadas e aplicadas. Essa demonstração é especialmente relevante em relação aos atos que modificam os componentes remuneratórios dos serviços públicos, geralmente com o fim de preservar os equilíbrios econômico-financeiro das relações contratuais, tais como reajustes, revisões extraordinárias, revisões ordinárias ou outras formas de compartilhamento de riscos entre usuários, parceiros públicos e parceiros privados.

Se essas demonstrações de conformidade fossem rotineiras, a conferência e escrutínio público dessas relações público-privadas, por agentes externos independentes - entidades reguladoras setoriais, órgãos de controle interno ou externo da Administração Pública, ministérios públicos e procuradorias de defesa do consumidor, entidades da sociedade civil legitimadas à defesa dos interesses públicos e coletivos e usuários dos serviços públicos -, auditores internos ou externos, órgãos corporativos de compliance e acionistas dos prestadores de serviço público, seriam muito mais efetivos.

Para o compliance do equilíbrio econômico-financeiro das relações contratuais de prestação de serviços públicos, a equação do equilíbrio econômico-financeiro das relações público-privadas de prestação de serviço público precisa ser documentada, o que envolve a formalização de suas principais e mais relevantes funções, nas quais os encargos e retribuições da parceira privada, dentre outros parâmetros da equação, são representados, permitindo que os efeitos econômico-financeiros positivos e negativos dos riscos associados à prestação do serviço público sejam corretamente considerados, especialmente na aplicação de medidas inerentes à gestão do equilíbrio econômico-financeiro.

Dessa forma, as medidas que devem ser tomadas para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato (revisões ordinárias ou extraordinárias e reajustes, por exemplo) podem ser representadas por ajustes nas funções inicialmente previstas ou por acréscimos de funções à equação econômico-financeira original, tornando viável, a qualquer momento, a verificação de conformidade ou auditoria das Tari-

fas que são cobradas dos Usuários ou dos encargos do Poder Público.

Este contexto ilustra a necessidade de se reconhecer a mutabilidade da equação do equilíbrio econômico-financeiro das relações contratuais, sem o que não se assegura o equilíbrio econômico-financeiro de encargos e retribuições inerentes a essas avenças. Assim, a título ilustrativo, a equação será modificada pelas partes ou por legítima autoridade, conforme for o caso, em casos como os seguintes:

(i) superveniência de atos políticos, inclusive legislativos, alheios à esfera contratual que afetem vetores da equação de equilíbrio econômico-financeiro, como, por exemplo, uma reforma tributária dos tributos incidentes sobre a receita do prestador de serviço;

(ii) decisões político/regulatórias que envolvam, por exemplo, modificações na estrutura tarifária, estabelecimento de gratuidades, ampliação das exigências sobre o nível de serviço ou de expansões não previstas inicialmente;

(iii) ocorrência de eventos de força maior ou caso fortuito.

O equilíbrio econômico-financeiro das relações contratuais, em especial as medidas que visam mantê-las equilibradas, deve ser um componente destacado na política de compliance dos prestadores de serviço público, com intenção de mitigar efetivamente os riscos de violação do equilíbrio dessas relações, o que muitas vezes se dá pela prática de componentes remuneratórios desconformes, em prejuízo dos usuários, dos poderes públicos ou da própria concessionária e de seus acionistas. Naturalmente, as violações em favor da concessionária e em prejuízo dos usuários ou do Poder Público produzem efeitos mais amplos, inclusive em face da legislação anticorrupção, que pune severamente a fraude ou manipulação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos públicos.

A construção de uma política efetiva de compliance envolve, como visto acima, a identificação dos direitos e obrigações que emanam do relacionamento contratual, especialmente das regras de gestão do equilíbrio econômico-financeiro, identificação essa que será o ponto de partida para a construção de entendimento comum entre parceira pública e parceira privada no tocante ao tema, contribuindo para a segurança jurídica dos relacionamentos.

Em linhas gerais, o relacionamento será considerado equilibrado quando o prestador de serviço público tiver cumprido com seus encargos, arcado com as consequências dos riscos por ele assumidos e não estiver suportando impactos positivos ou negativos de riscos que não lhe tenham sido inicialmente atribuídos.

Em outras palavras, para manutenção do Contrato em equilíbrio, as consequências para a parceira privada advindas de riscos alocados à parceira pública ou aos usuários devem ser compensadas, com a adoção de medidas que objetivem: (i) o compartilhamento dos riscos através de reajustes e revisões periódicas ou ordinárias, dentre outras; ou (ii) a compensação da parceira privada através de revisões extraordinárias, reequilíbrios ou recomposições de equilíbrio.

Foto: nomadsoul1/Freepik Mulher calculando tarifas

O programa de compliance dos prestadores de serviço público precisa envolver, assim, a verificação de conformidade das ações do prestador, internas ou praticadas nos processos ou procedimentos inerentes à gestão do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, que digam respeito, por exemplo:

- à conciliação da necessidade privada de justa remuneração dos investimentos do prestador com a exigência pública de que os processos deliberativos acerca dos investimentos a serem feitos sejam transparentes e pautados pelo bem comum, âmbito no qual valores como eficiência, eficácia e melhor uso dos recursos públicos e dos usuários precisam ser cotejados;

- ao cumprimento dos direitos e das obrigações, assim como do provimento das informações relativas a esses cumprimentos e eventuais descumprimentos;

- à matriz de alocação dos riscos do relacionamento, inclusive no tocante à informação acerca das consequências positivas e negativas dos riscos que não são da concessionária;

- à implementação e/ou à conferência dos procedimentos, metodologias e mecanismos contratuais e/ou normativos necessários para a manutenção do relacionamento em equilíbrio.

Uma adequada política de compliance do prestador de serviço precisará contemplar, dentre outras, as seguintes atividades:

- mapeamento adequado dos riscos da execução do Contrato e suas respectivas alocações;

- identificação das possíveis consequências positivas e negativas dos principais riscos, em termos quantitativos e qualitativos;

- acompanhamento e análise de conformidade do cumprimento dos encargos atribuídos ao prestador, especialmente, quando for o caso, da adequação das medidas equilibradoras do relacionamento, em favor do particular, do poder público ou dos usuários;

- acompanhamento e verificação da adequação metodológica e legal dos mecanismos de compartilhamento de riscos (reajustes ou revisões) ou de compensações implementados;

- determinação de ajustes para a correção dos equívocos verificados, evitando-se a configuração de situação de fraude ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos por meio da correção espontânea das falhas verificadas;

- verificação de que as informações processadas por meio dos mecanismos de compartilhamento ou compensação sejam certificadas, sejam essas pertinentes à demanda, à oferta dos serviços, aos investimentos realizados ou a realizar, aos custos de operação e à remuneração do capital;

- preservação das informações empregadas em cada medida de gestão do equilíbrio econômico-finaceiro, pelo prazo mínimo de 10 anos; e

- estruturação e capacitação de seus órgãos internos para o compliance do equilíbrio econômico-financeiro, ampliando as capacidades corporativas de demonstrar a correção dos componentes remuneratórios praticados.

O desenvolvimento e a implementação de programa de compliance do equilíbrio econômico-financeiro envolve ao menos três fases: (i) modelagem; (ii) implementação; e (iii) efetividade.

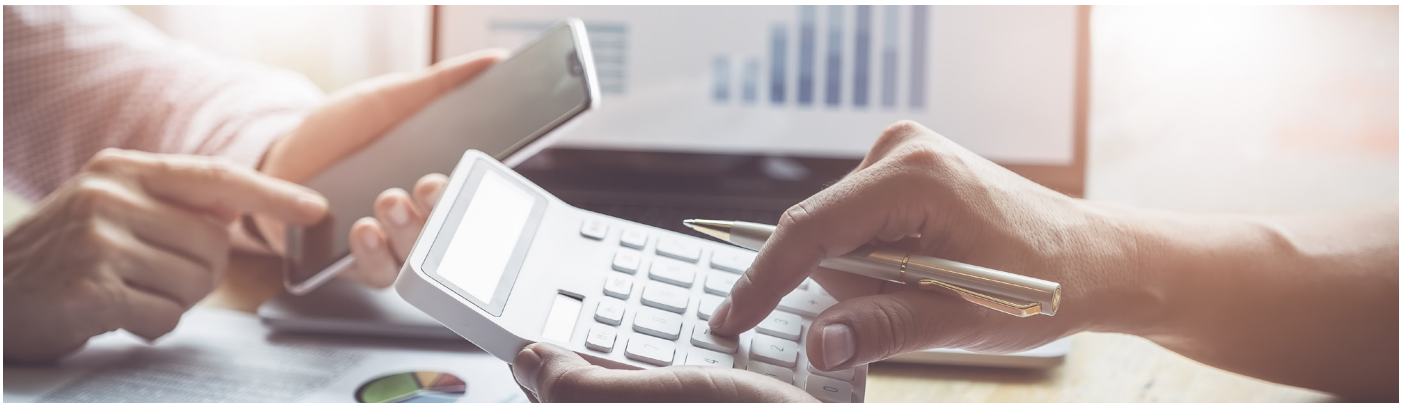
A modelagem do programa de integridade deverá contemplar, dentre outras, (i) a avaliação de riscos, (ii) o treinamento e comunicação, (iii) a estrutura de relatórios e processos e o (iv) relacionamento do prestador de serviços com terceiros, no tocante à gestão do equilíbrio econômico-financeiro.

A implementação do programa de compliance dependerá (i) do comprometimento e da conduta íntegra da alta e média direção, (ii) da adequada supervisão à estruturação do programa, (iii) da autonomia funcional e da disponibilidade de recursos, (iv) de estrutura e das qualificações e estatura dos profissionais da área de compliance e (v) dos incentivos adequados e medidas disciplinares previstas.

A efetividade será verificada (i) pelo seu melhoramento contínuo, apurado em testes e revisões periódicas, (ii) pelas investigações de má-conduta, (iii) pelas resposta às investigações e (iv) pela análise e reparação de má-conduta.

É possível que no futuro o acesso a capital com custo mais baixo dependa também da capacidade dos prestadores de serviço público de demonstrar que não estão a onerar indevidamente a coletividade de usuários por eles atendida.

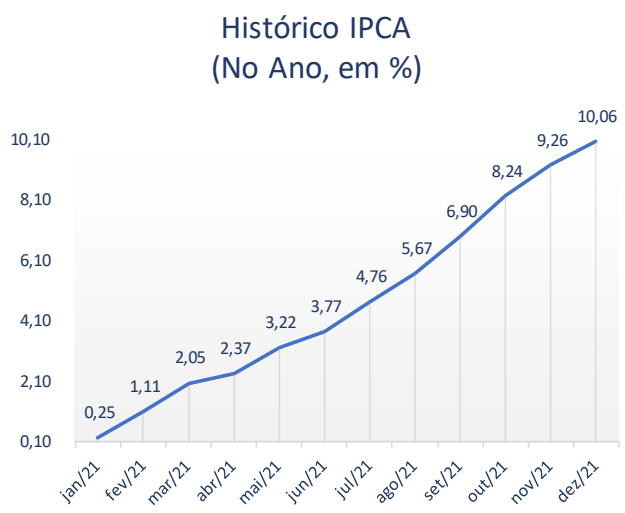
O direcionamento dos programas de compliance dos prestadores de serviço público também à verificação de conformidade da gestão do equilíbrio econômico-financeiro dos relacionamentos é medida que depende de cada prestador de serviço público responsável, mas que poderia ser exigida ou, principalmente, incentivada pelos reguladores e premiada pelos financiadores ■



Análise de desempenho. Foto:mteeprat/Freepik

TERMÔMETROS DO MERCADO

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)



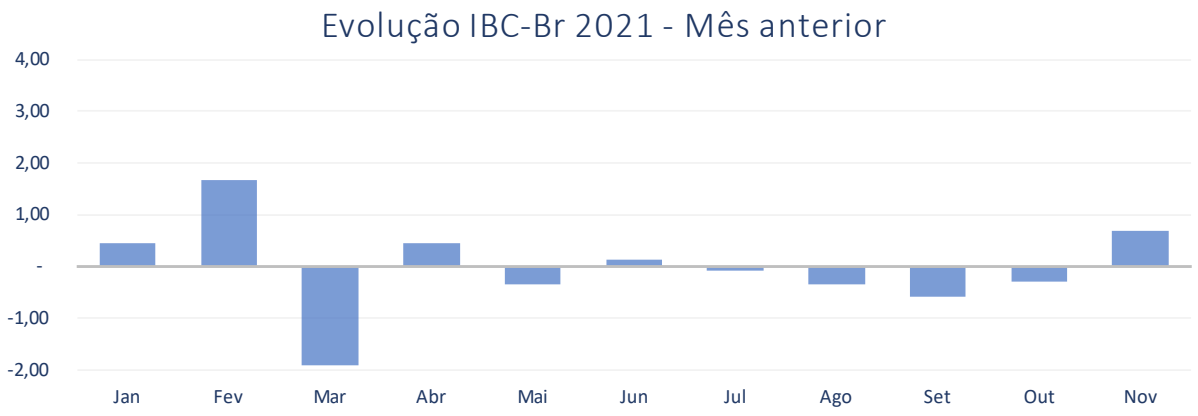
Indicador oficial de inflação do país, o IPCA teve um resultado bem acima do esperado pelo governo em 2021, apesar da política monetária contracionista implementada pelo Banco Central ao longo do ano. Entre os principais vilões da inflação no período destaca-se a desvalorização cambial, que trouxe consequências diretas para produtos como alimentos e combustíveis. No acumulado do ano, o IPCA atingiu 10,06%. A meta estimada inicialmente pelo governo era de 3,75%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Para 2022, a expectativa para a inflação ainda se mantém acima da meta estipulada pelo governo.

Resultado IPCA (em %) - 2021

IPCA	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
No Mês	0.25	0.86	0.93	0.31	0.83	0.53	0.96	0.87	1.16	1.25	0.95	0.73
No Ano	0.25	1.11	2.05	2.37	3.22	3.77	4.76	5.67	6.90	8.24	9.26	10.06
12 Meses	4.56	5.20	6.10	6.76	8.06	8.35	8.99	9.68	10.25	10.67	10.74	10.06

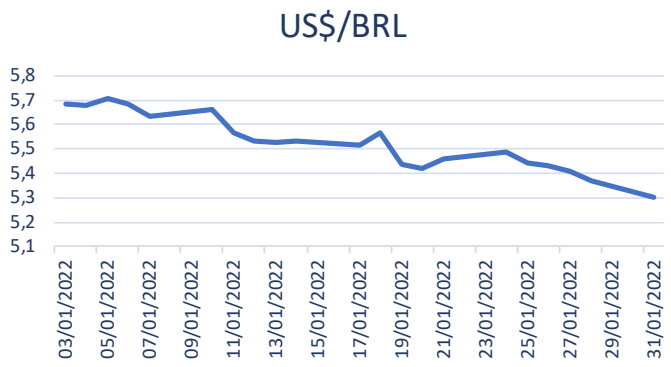
Fonte: IBGE

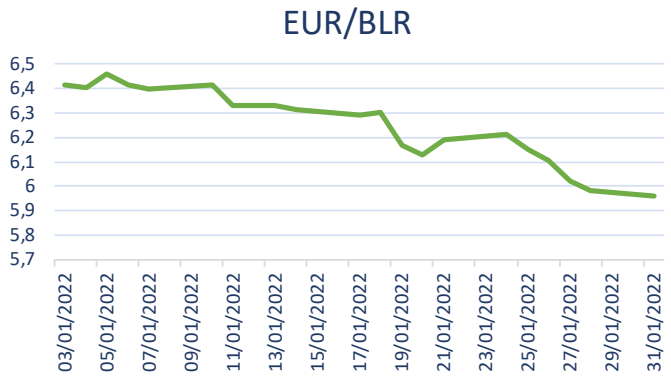
ÍNDICE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DO BANCO CENTRAL (IBC - BR)



O IBC-Br, divulgado pelo Banco Central (BC), é considerado uma prévia do PIB brasileiro. Os últimos dados divulgados pelo BC em janeiro de 2022 referentes ao mês de novembro de 2021, considerando as correções realizadas pelo órgão, indicam uma retomada da economia após quatro meses de baixa. Em novembro, o indicador apresentou um crescimento de 0,69% em comparação com o mês anterior. A série sem ajuste sazonal indica um crescimento de 4,30% em 12 meses e de 4,59% até novembro de 2021.

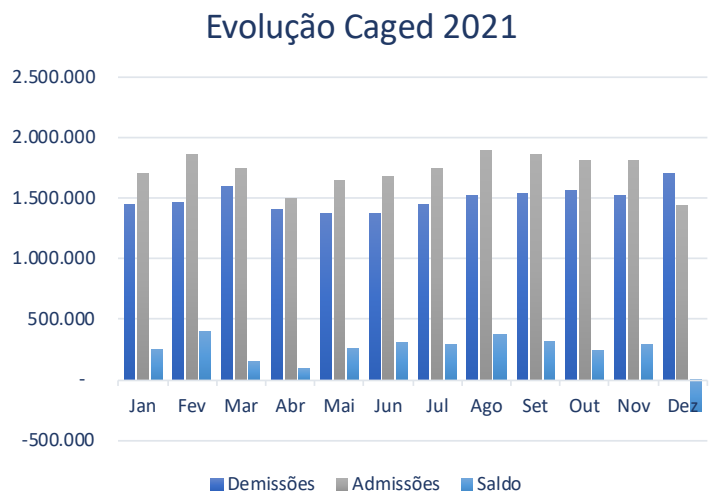
CÂMBIO





O real segue depreciado frente às principais moedas (dólar e euro) em 2021, apesar da política monetária contracionista implementada pelo Banco Central do Brasil nos últimos anos. Entre as principais justificativas para o descolamento do câmbio e a política monetária estão as incertezas associadas com os gastos públicos do governo federal, assim como os riscos atrelados à corrida eleitoral já iniciada em 2021.

GERAÇÃO DE EMPREGO FORMAL (Caged)



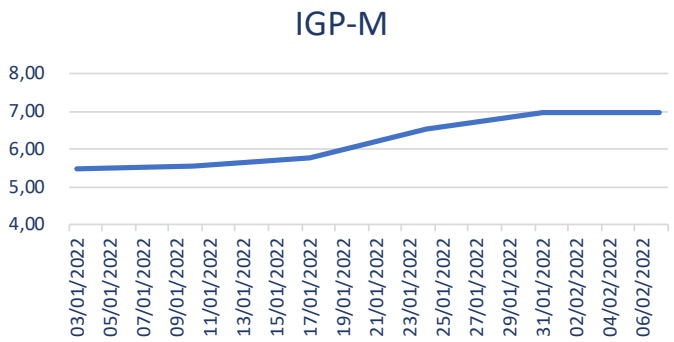
A economia brasileira gerou, em 2021, 2,7 milhões de novas vagas no mercado formal. Para quase todos os meses de 2021, os dados do Caged indicam admissões acima das demissões. Apenas em dezembro essa relação se inverte, indicando uma perda de 265 mil postos formais emprego. É importante destacar que o governo vem corrigindo constantemente o saldo do Caged, tendo em vista o delay existente no processo de informação sobre as admissões e contratações pelas entidades do mercado

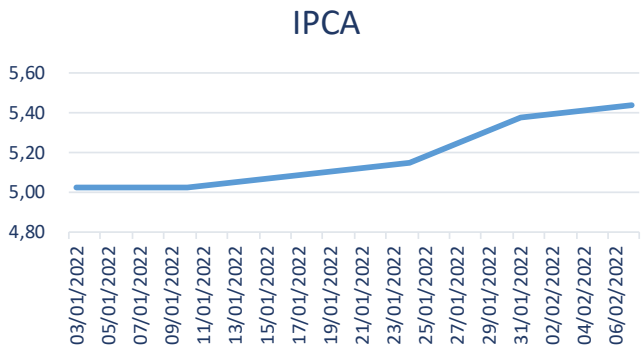
Evolução CAGED 2021

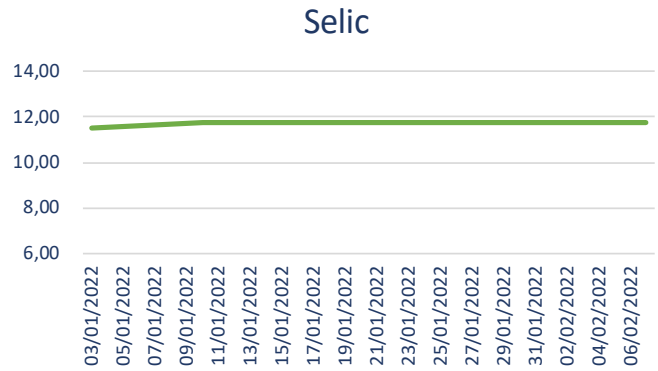
Período	Demissões	Admissões	Saldo
Jan	1,454,973	1,705,291	250,318
Fev	1,463,225	1,855,902	392,677
Mar	1,600,189	1,749,809	149,620
Abr	1,406,732	1,493,116	86,384
Mai	1,377,217	1,640,067	262,850
Jun	1,371,786	1,682,121	310,335
Jul	1,448,065	1,747,886	299,821
Ago	1,516,316	1,894,662	378,346
Set	1,542,686	1,864,275	321,589
Out	1,566,973	1,811,223	244,250
Nov	1,517,358	1,817,540	300,182
Dez	1,703,721	1,437,910	- 265,811
Total	17,969,241	20,699,802	2,730,561

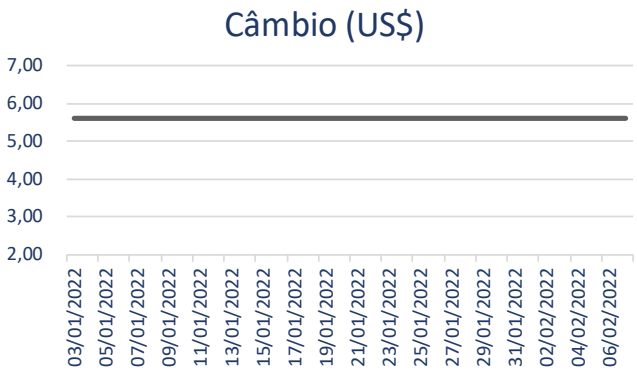
fonte: MET

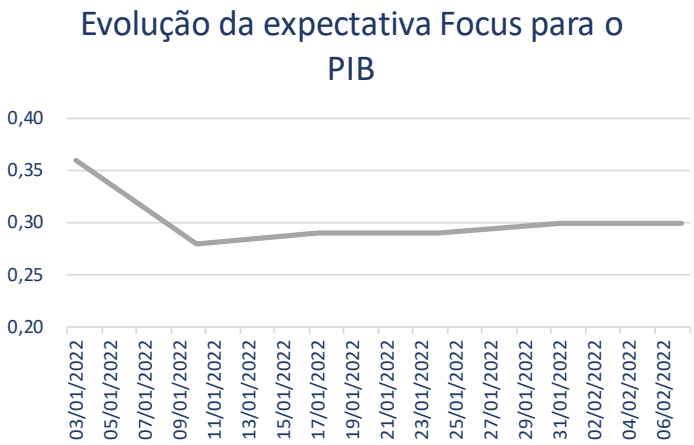
EVOLUÇÃO DAS EXPECTATIVAS DO MERCADO (FOCUS)







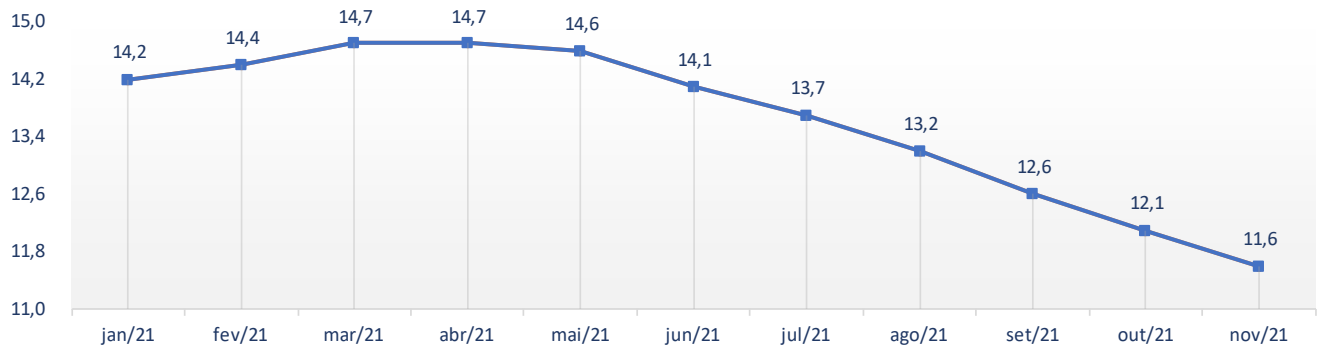




O início de 2022 já é marcado por mudanças nas expectativas dos analistas. IPCA e IGP-M, importantes indicadores de inflação, foram ajustados para cima ao longo dos primeiros meses do ano. No caso do IPCA, em específico, considerado o indicador oficial da inflação do mercado brasileiro, as estimativas dos analistas já apontam para resultados acima do teto da meta estipulada pelo governo, que é de 3,5%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A expectativa para o PIB também já foi reajustada pelo mercado, indicando uma estimativa atual de crescimento de 0,30%, sinalizando uma estagnação para a economia do país em 2022. Para a Selic, espera-se um patamar de 11,75% a.a. ao final de 2022. Para o câmbio (dólar), a expectativa é de manutenção da depreciação atual, alcançando R$5,60 ao final do período.

EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (Pnad Contínua)

Taxa de Desocupação na Pnad Contínua

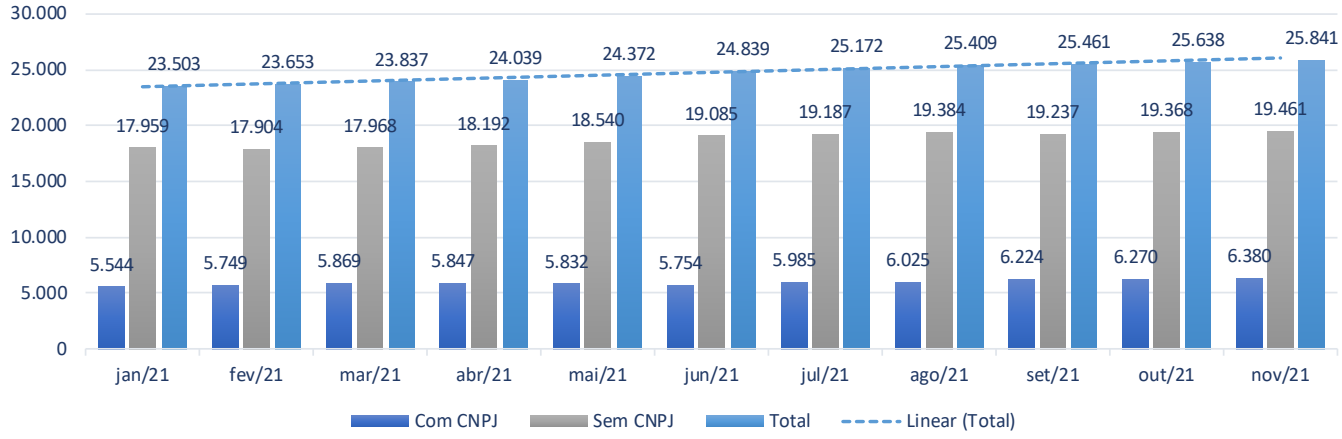


Desocupação na Economia Brasileira (2021)

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
%	14.2	14.4	14.7	14.7	14.6	14.1	13.7	13.2	12.6	12.1	11.6
Nº Absoluto (Mil pessoas)	14,272	14,423	14,805	14,761	14,795	14,444	14,085	13,656	13,453	12,906	12,405

Fonte: IBGE

Evolução do Trabalho por Conta Própria Pnad Contínua

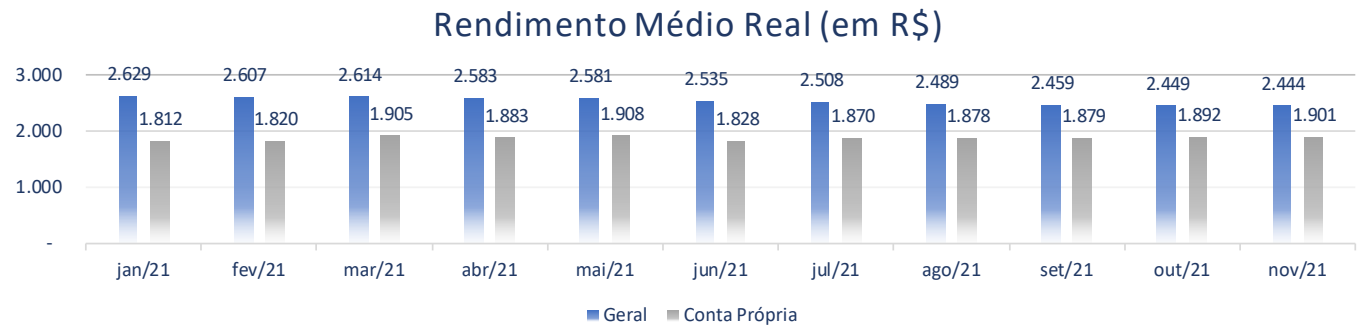


Categoria de Trabalho por Conta Própria em 2021 (em mil pessoas)

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Com CNPJ	5,544	5,749	5,869	5,847	5,832	5,754	5,985	6,025	6,224	6,270	6,380
Sem CNPJ	17,959	17,904	17,968	18,192	18,540	19,085	19,187	19,384	19,237	19,368	19,461
Total	**23,503**	**23,653**	**23,837**	**24,039**	**24,372**	**24,839**	**25,172**	**25,409**	**25,461**	**25,638**	**25,841**

Fonte: IBGE

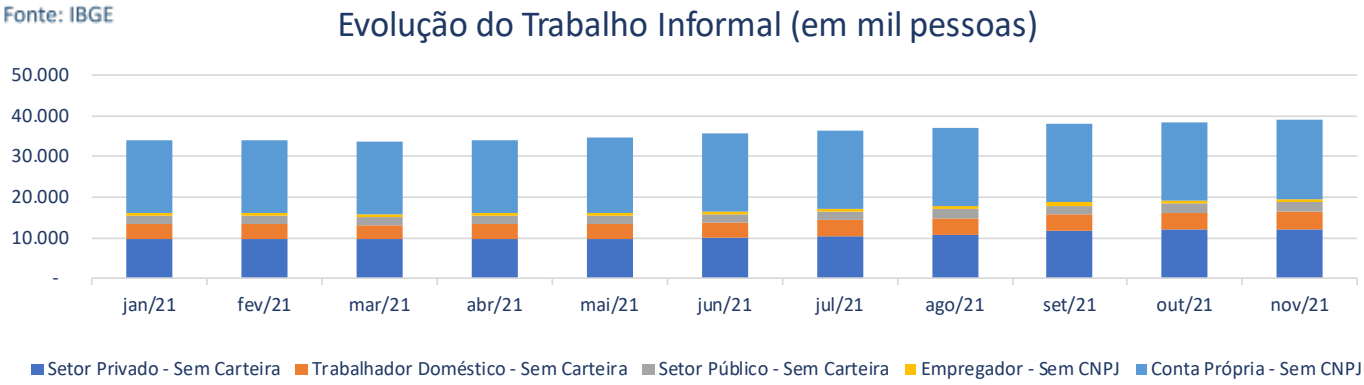
EVOLUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO (Pnad Contínua)



Rendimento Médio Real (em R$)

Tipo	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Geral	2,629	2,607	2,614	2,583	2,581	2,535	2,508	2,489	2,459	2,449	2,444
Conta Própria	1,812	1,820	1,905	1,883	1,908	1,828	1,870	1,878	1,879	1,892	1,901

Fonte: IBGE



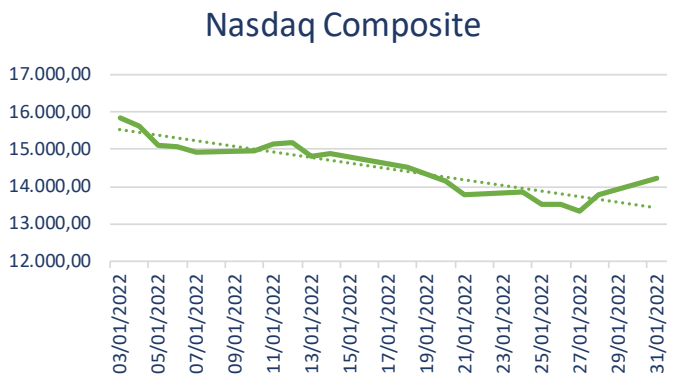
Evolução do Trabalho Informal em 2021 (em mil pessoas)

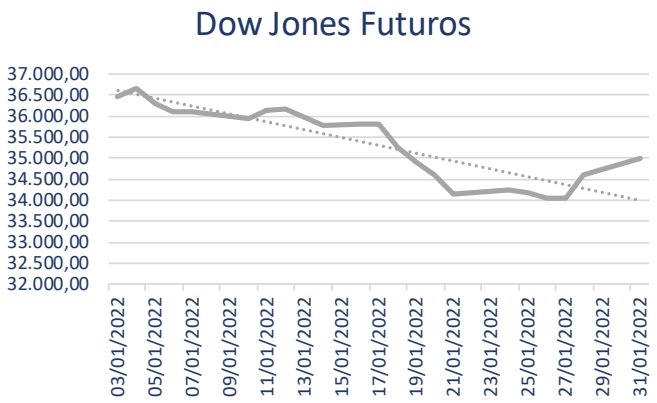
Categoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov
Setor Privado - Sem Carteira	9,809	9,796	9,691	9,752	9,804	10,023	10,339	10,791	11,691	11,956	12,179
Trabalhador Doméstico - Sem Carteira	3,599	3,598	3,591	3,603	3,683	3,796	4,017	4,150	4,052	4,168	4,247
Setor Público - Sem Carteira	2,114	1,981	1,915	1,971	2,062	2,097	2,149	2,199	2,256	2,333	2,437
Empregador - Sem CNPJ	667	685	674	673	657	691	720	726	738	754	755
Conta Própria - Sem CNPJ	17,959	17,904	17,968	18,192	18,540	19,085	19,187	19,384	19,237	19,368	19,461
Total	**34,148**	**33,964**	**33,839**	**34,191**	**34,746**	**35,692**	**36,412**	**37,250**	**37,974**	**38,579**	**39,079**

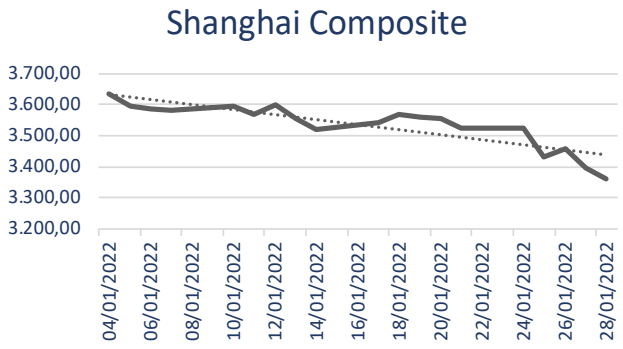
Fonte: IBGE

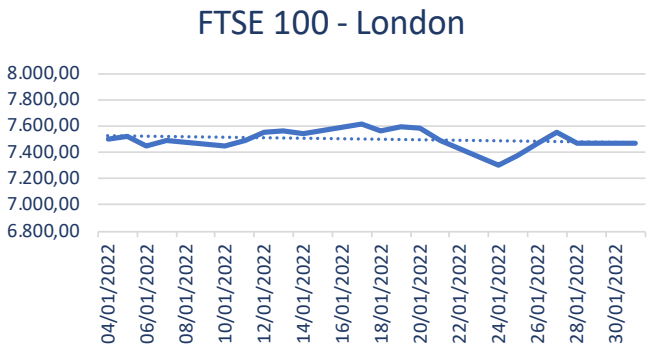
A evolução dos dados da Pnad Contínua indica uma redução gradativa da taxa de desocupação da economia brasileira. Em novembro, o mercado brasileiro apresentou cerca de 12,4 milhões de desocupados. Na desagregação dos dados é possível notar, contudo, que essa recuperação está associada com o crescimento do trabalho informal. Neste grupo, destacam-se os trabalhadores por conta própria. No último relatório da Pnad Contínua, referente ao mês de novembro de 2021, são mais de 39 milhões de trabalhadores na informalidade - incluindo a categoria de trabalho doméstico. Desse total, os trabalhadores por conta própria sem CNPJ somam mais de 19,4 milhões (50% do total).

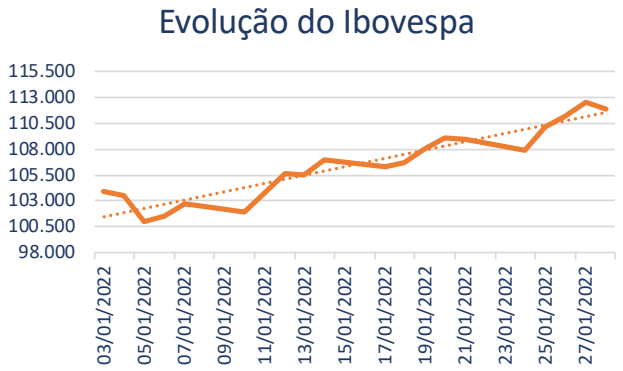
DESEMPENHO DO MERCADO DE CAPITAIS

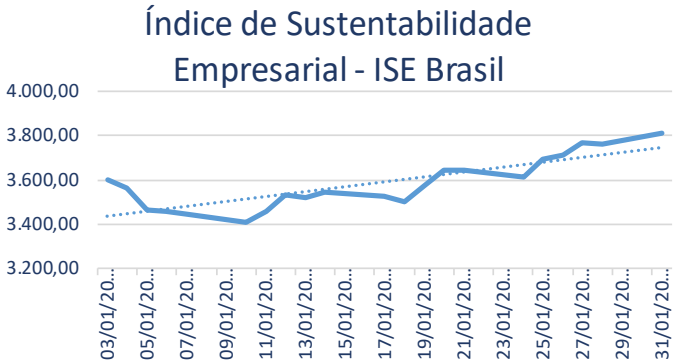












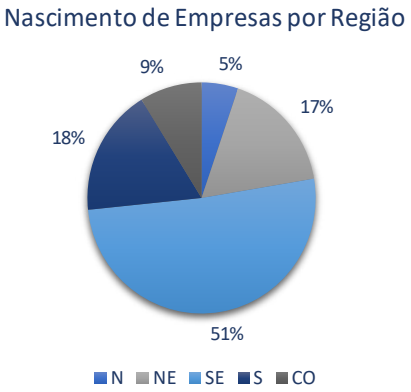
A bolsa brasileira iniciou 2022 novamente descolada do desempenho obtido pelos principais mercados internacionais. Enquanto as bolsas dos EUA, Inglaterra e China apresentaram desempenho negativo em janeiro de 2022, a B3 mostrou uma ligeira valorização. O Ibovespa, principal indicador de desempenho da bolsa brasileira, voltou a atingir os 110 mil pontos, após forte queda no final do último ano. o ISE, que considera empresas com bons indicadores de sustentabilidade acompanhou o desempenho do Ibovespa, apresentando crescimento no primeiro mês de 2022.

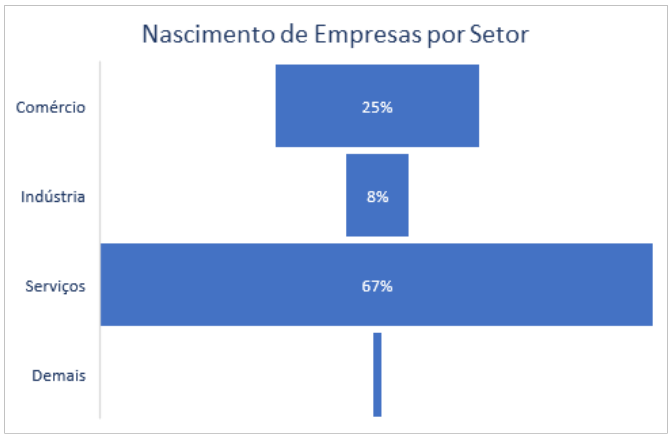
NASCIMENTO DE EMPRESAS

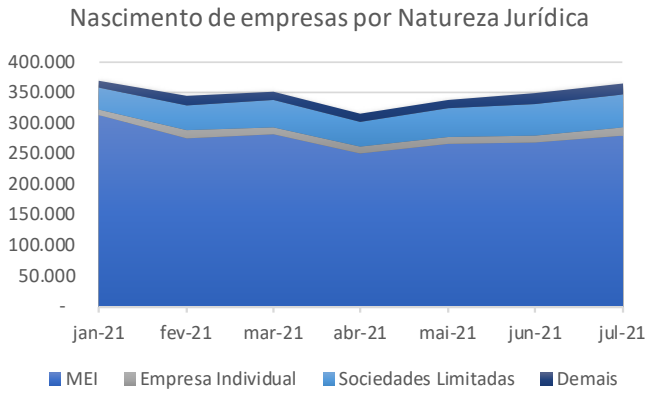
NASCIMENTO DE EMPRESAS (2021)

	Região					Setor				Natureza Jurídica				
Mês	N	NE	SE	S	CO	Comércio	Indústria	Serviços	Demais	MEI	Empresa Individual	Sociedades Limitadas	Demais	Total
Jan	18,081	65,900	188,347	65,198	33,055	91,037	29,461	246,859	3,224	312,462	10,577	35,418	12,124	370,581
Fev	16,124	57,268	179,255	60,364	30,800	81,374	26,622	231,839	3,976	276,201	12,505	41,408	13,697	343,811
Mar	19,739	58,069	178,357	63,781	31,768	81,890	26,419	240,166	3,239	282,221	10,383	45,145	13,965	351,714
Abr	17,198	52,395	160,249	58,947	27,910	77,123	23,847	212,210	3,519	249,648	11,217	42,161	13,673	316,699
Mai	18,665	56,738	172,325	59,400	30,622	84,818	25,509	224,034	3,389	265,922	12,032	45,644	14,152	337,750
Jun	18,454	58,029	180,908	61,831	31,040	88,503	26,086	230,537	5,136	267,713	12,870	51,896	17,783	350,262
Jul	19,107	64,866	185,505	64,208	32,102	93,537	27,358	240,144	4,749	279,925	13,294	54,861	17,708	365,788
Ago	19,593	67,999	194,175	68,226	33,103	96,781	28,947	252,349	5,019	295,500	13,100	56,529	17,967	383,096
Set	17,458	58,929	168,193	59,987	28,944	83,247	25,126	220,877	4,261	255,810	12,098	54,756	10,847	333,511
Out	15,921	55,949	168,390	58,130	27,342	81,053	24,305	215,648	4,726	249,921	11,447	55,402	8,962	325,732
Total	180,340	596,142	1,775,704	620,072	306,686	859,363	263,680	2,314,663	41,238	2,735,323	119,523	483,220	140,878	3,478,944
%	50%	167%	497%	174%	86%	232%	71%	625%	11%	819%	36%	145%	42%	974%

Fonte: Serasa Experian







Em 2021, já são mais de 3,4 milhões de CPNJ criados. O Sudeste conta com a maior parte desse contingente (51%). Também é possível notar que a grande parte dessas novas empresas é do setor de serviços (67%). Em relação à natureza jurídica desses empreendimentos, 79% é representado por MEI. Esses resultados, quando analisados em conjunto com os dados sobre o mercado de trabalho, refletem a tendência verificada para a economia brasileira: crescimento do trabalho por conta própria e, principalmente, impulsionado pela prestações de serviços.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO MERCADO DE CAPITAIS

MÊS	IPO	Follow-On
JAN	4	4
FEV	11	2
MAR	-	1
ABR	8	5
MAI	4	1
JUN	1	3
JUL	12	4
AGO	4	-
SET	1	4
OUT	-	-
NOV	-	2
DEZ	1	-
TOTAL	46	26

Em 2021 houve uma maior captação por IPO e Follow-on do que 2020 (com valores corrigidos pelo IPCA). Ao todo 46 empresas entraram na bolsa de valores. Entre os principais destaques do ano está a abertuda de capital da Raizen (RAIZ4), com captação acima de R$ 6,7 bilhões, e o follow-on da Petrobras, com captaçao de mais de R$11 bilhões.

ANO	IPO	IPO (corrigido pelo IPCA)	FOLLOW-ON	FOLLOW-ON (corrigido pelo IPCA)	TOTAL (corrigido pelo IPCA)
2004	4.487.065.024	11.447.241.855	4.317.579.322	11.014.855.915	22.462.097.771
2005	5.447.335.660	13.148.975.361	8.488.868.795	20.490.737.785	33.639.713.146
2006	15.373.613.634	35.979.094.238	15.062.683.258	35.251.419.302	71.230.513.540
2007	55.648.186.085	124.676.611.230	14.464.732.433	32.407.414.310	157.084.025.540
2008	7.494.941.362	15.856.052.810	26.760.549.835	56.613.743.982	72.469.796.792
2009	23.831.458.391	48.333.099.795	22.151.816.327	44.926.581.143	93.259.680.938
2010	11.193.373.738	21.434.997.765	138.047.959.152	264.357.982.261	285.792.980.026
2011	7.175.095.457	12.901.102.967	10.814.789.923	19.445.416.329	32.346.519.296
2012	3.932.950.736	6.681.494.263	9.307.533.492	15.812.105.415	22.493.599.678
2013	17.293.349.990	27.739.233.388	6.066.116.253	9.730.296.015	37.469.529.403
2014	417.980.763	630.085.517	13.959.899.999	21.043.865.155	21.673.950.673
2015	602.800.014	821.059.563	17.461.217.465	23.783.509.044	24.604.568.607
2016	674.197.600	863.981.464	9.966.649.298	12.772.220.275	13.636.201.740
2017	20.760.529.289	25.842.836.039	21.020.386.288	26.166.307.647	52.009.143.686
2018	6.823.344.095	8.187.087.190	4.429.700.000	5.315.039.022	13.502.126.212
2019	9.836.302.565	11.314.988.045	79.762.980.683	91.753.701.856	103.068.689.902
2020	43.925.413.832	48.344.742.135	73.962.720.930	48.344.742.135	96.689.484.271
2021	65.668.660.563	65.261.034.651	64.844.099.967	61.656.099.967	126.917.134.618

AGENDA DE DIVULGAÇÕES

MACROECONÔMICAS

11/Fev – Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br)

23/Fev – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15)

24/Fev – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Cont.)

9/Mar – Pesquisa Industrial Mensal (PIM-B)

10/Mar – Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)

10/Mar – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

11/Mar – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

11/Mar – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

BALANÇO

07/Fev – Porto Seguro (PSSA3)

11/Fev – Usiminas (USIM5)

14/Fev – ItauSA (ITSA4)

16/Fev – Weg (WEGE3)

22/Fev – RaiaDrogasil (RADL3)

22/Fev – Localiza (RENT3)

17/Fev – Taesa (TAEE11)

18/Fev – Merc Brasil (BMEB3)

23/Fev – Minerva (BEEF3)

23/Fev – Odontoprev (ODPV3)

23/Fev – Pão de Açúcar- CBD (PCAR3)

23/Fev – Petrobras (PETR4)

23/Fev – Pine (PINE4)

23-Fev – Sul America (SULA11)

24/Fev – Vale (VALE3)

24/Fev – Lojas Americanas (AMER3)

09/Mar – Via (VIIA3)

09/Mar – Totvs (TOTS3)

10/Mar – Tenda (TEND3)

10/Mar – Smartfit (SMFT3)

FICHA TÉCNICA

HEAD EDITORIAL
Edgard Cornacchione

HEAD DE PESQUISA
Fernando Dal-Ri Murcia

ECONOMISTA-CHEFE
Samuel de Oliveira Durso

RELAÇÃO COM O MERCADO
Gabriel Emir Moreira e Silva

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Fernanda Araujo S. Zambianco

CORRESPONDENTE EUA
Cruz Daniel Lopez

SÉRIES E DADOS
Marcelo Souza

ESTAGIÁRIO DE JORNALISMO
Victor Boscato

ESTAGIÁRIA DE DESIGN
Bruna Coelho Cruz

denarius.info

/boletimdenarius

denarius@fipecafi.org

@BoletimDenarius

@BoletimDenarius

Este Boletim foi elaborado pelo corpo técnico do Denarius, a partir de estudos internos e com informações de mercado divulgadas por órgãos oficiais. O material é direcionado aos profissionais da área financeira que estejam interessados em compreender, de forma precisa e objetiva, a influência da Economia e do mercado no dia a dia de sua atuação. A FIPECAFI é uma instituição apoiadora do projeto, mas não possui responsabilidade técnica sobre as análises e informações aqui divulgadas.